

**3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MAFRA**

**Inquérito Civil**

**SIG. 06.2010.00002046-5**

**TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

Pelo presente instrumento, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por intermédio do **Promotor de Justiça Filipe Costa Brenner**, titular da 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Mafra, com atribuição para atuar na Defesa do Meio Ambiente, doravante denominado **COMPROMITENTE**; e o **MUNICÍPIO DE MAFRA**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Wellington Roberto Bielecki**, doravante denominado **COMPROMISSÁRIO**, acompanhado do **Dr. Luiz Fernando Flores Filho**, OAB/SC 14.730, **Procurador-Geral do Município**, ajustam o seguinte:

**CONSIDERANDO** que o Ministério Público, pelo disposto no art. 129, inciso III, da Constituição Federal, possui, dentre suas atribuições, a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis, destacando-se, neste aspecto, a proteção do direito à vida, à saúde e ao bem estar social como elementos essenciais à dignidade da pessoa humana, ganhando relevo, neste aspecto, a adequada prestação, pelo Estado, do saneamento básico à população, sendo o Ministério Público o órgão público encarregado de promover o Inquérito Civil, o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta ou, se necessário, a Ação Civil Pública para a proteção do Meio Ambiente equilibrado e de outros interesses difusos e coletivos;

**CONSIDERANDO** que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações, nos termos do artigo 225, caput, da

**3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MAFRA**

Constituição da República;

**CONSIDERANDO** a tramitação do inquérito civil n. 06.2010.00002046-5, visando a apurar a situação do saneamento básico no município de Mafra/SC, tendo em vista notícia de despejo de esgoto residencial na rede de esgotamento pluvial, culminando com o lançamento dos efluentes nos cursos d'água que cortam o Município, tais como o Rio da Lança e o Rio Bandeira, dentre outros, afluentes do Rio Negro (do qual é captada água para consumo humano não apenas para Mafra, mas também para outros municípios);

**CONSIDERANDO** que, no dia 21/10/1999, foi institucionalizado o Programa Água Limpa, firmando-se Termo de Cooperação Técnica entre o Ministério Público, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, a Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, o Batalhão de Polícia Militar Ambiental, a Fundação do Meio Ambiente, a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento, a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, com o objetivo de contribuir para a preservação dos mananciais do Estado e reverter os quadros de degradação constatados;

**CONSIDERANDO** que, em 9 de setembro de 2004, foi instaurado Inquérito Civil, presidido pelo Procurador-Geral de Justiça, com o objetivo de apurar responsabilidades em face do baixo índice de saneamento básico nos municípios catarinenses e buscar a melhoria desse quadro;

**CONSIDERANDO** o Termo de Cooperação Técnica, assinado em 17 de novembro de 2005, na Procuradoria-Geral de Justiça, cujo objeto visa a articulação entre os órgãos signatários e o estabelecimento de ações integradas que possibilitem, dentro de um horizonte factível, elevar a patamares plausíveis o atual índice de atendimento à população urbana do Estado de Santa Catarina com serviços adequados de esgoto;

**CONSIDERANDO** que as doenças de veiculação hídrica provocam a cada ano um número elevado de internações hospitalares, as quais consomem anualmente do poder público recursos financeiros de grande monta nas ações de medicina curativa;

**3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MAFRA**

**CONSIDERANDO** que muitas doenças, tais como Poliomielite, Hepatite A, Disenteria amebiana, diarreia por vírus, Febre tifóide, Febre paratífóide, Diarréias e Disenterias bacterianas como a cólera, Esquistossomose, entre outras, têm relação direta com a ausência de rede de esgoto sanitário;

**CONSIDERANDO** que, embora a bacia hidrográfica deva ser considerada como unidade de planejamento, racionalizando as relações e ações dos diversos usuários e dos atores das áreas de saneamento, recursos hídricos e preservação ambiental, é essencial que cada município estruture-se na implantação da sua política municipal para, em um segundo momento, atingir-se o objetivo maior do planejamento regional por bacia hidrográfica;

**CONSIDERANDO** que a Lei Federal n.º 11.445/2007 exige a edição de Planos de Saneamento Básico pelos titulares da prestação do serviço (art. 19);

**CONSIDERANDO** que o lançamento inadequado do esgoto no meio ambiente, seja por responsabilidade pública ou privada, implica no crime de poluição (art. 54, inc. VI da Lei n.º 9.605/98), podendo ser responsabilizados, por ação ou omissão, além de particulares, também os agentes públicos a uma pena de um a cinco anos de reclusão, podendo recair sobre estes, também, a responsabilidade por ato de improbidade administrativa, nos termos do art. 11, inc. II da Lei n.º 8.429/92;

**CONSIDERANDO** que o potencial poluidor do esgotamento sanitário, quando disposto inadequadamente, atinge direitos difusos da população, constitucionalmente garantidos, afetos às atribuições institucionais do Ministério Público;

**CONSIDERANDO** que, na Comarca de Mafra, o Ministério Público já promoveu, no ano de 2010, o ajuizamento de uma Ação Civil Pública (n. 0000097-82.2010.8.24.0041) visando obrigar o Município de Mafra a instituir o Plano Municipal de Saneamento Básico e implantar a rede coletora e de tratamento de efluentes advindos do esgoto sanitário, medida essa que constituirá, pelo menos nos bairros contemplados, **solução definitiva** para os problemas relacionados ao despejo de esgoto doméstico na rede pluvial constatados neste Inquérito Civil;

### **3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MAFRA**

**CONSIDERANDO** que, não obstante tal demanda tenha sido julgada parcialmente procedente, com determinação ao Município e à concessionária CASAN de que promovessem a implantação do esgotamento sanitário, e de já ter sido requerido pelo Ministério Público o cumprimento da sentença, há que se reconhecer, a partir das diretrizes já constantes do Plano Municipal de Saneamento Básico, que a efetiva implantação e funcionamento do sistema levará considerável tempo e, além disso, será realizada em etapas;

**CONSIDERANDO** que a solução para as situações retratadas neste Inquérito Civil, de despejo de esgoto residencial na rede de esgotamento pluvial e, por consequência, nos cursos d'água que cortam o município, não podem persistir, sob o ponto de vista da preservação do meio ambiente e de proteção à saúde pública, até que sobrevenha a solução definitiva, que só virá com a efetiva implantação das redes coletoras e a ligação das residências à referida rede;

**CONSIDERANDO**, enfim, as funções institucionais do Ministério Público, dentre as quais se destaca a legitimação ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos interesses relacionados à preservação do meio ambiente, podendo subscrever, para tanto, com os interessados, Termos de Compromisso de Ajustamento de Condutas;

### **RESOLVEM**

Formalizar Termo de Compromisso de Ajustamento de Condutas, com fundamento no art. 5º, § 6º, da Lei n.º 7.347, de 24 de julho de 1985 (Lei da Ação Civil Pública), tendo como partes os signatários deste Termo mediante o cumprimento das seguintes cláusulas e obrigações:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Constitui objeto do presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Condutas a adequação do exercício do poder de polícia e vigilância sanitária pelo **COMPROMISSÁRIO** às normas federais e estaduais pertinentes<sup>1</sup>, definindo condições e prazos para a estruturação do serviço público, fiscalização, coibição

<sup>1</sup> Face o disposto no art. 24, XII e par. 1º da CF/88, com especial atenção às Leis Federais 8.080/90 (normas gerais de defesa e proteção da saúde), 9.782/99 (Sistema Nacional de Vigilância Sanitária), 9.433/97 (Política Nacional dos Recursos Hídricos) e 9.445/07 (Política Nacional de Saneamento), Lei 9.605/98 (Lei de Crimes Ambientais), e às Leis Estaduais 6.320/83 (Código Estadual de Saúde), 9.748/94 (Política Estadual de Recursos Hídricos), 13.517/05, (Política Estadual de Saneamento).

**3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MAFRA**

e correção das irregularidades ambientais constatadas pelos órgãos competentes, em razão dos lançamentos de esgoto sanitário no meio ambiente sem nenhum tratamento prévio ou tratamento deficiente.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

**DO CRONOGRAMA DE VISTORIA E IDENTIFICAÇÃO DOS LANÇAMENTOS IRREGULARES DO ESGOTO SANITÁRIO NO MEIO AMBIENTE**

**2.1** No prazo de **6 (seis) meses da assinatura deste instrumento**, o Município COMPROMISSÁRIO deverá elaborar e apresentar à 3ª Promotoria de Justiça um **cronograma de atividades de vistoria** para a identificação de todos os lançamentos irregulares de esgoto sanitário nas redes do sistema de água pluvial ou diretamente no meio ambiente do Município sem o regular tratamento.

**2.2** Dando cumprimento ao cronograma, o Município procederá, no prazo de **24 (vinte e quatro) meses** a contar do término do prazo do item anterior, à identificação de todos os lançamentos irregulares de esgoto sanitário, com a adoção das medidas administrativas pertinentes e a fixação de prazos aos responsáveis para adequação do tratamento, observando-se as normas técnicas pertinentes, tanto na hipótese de soluções individuais, quanto coletivas (com a obrigatória ligação ao sistema de tratamento de esgoto, caso existente).

**2.3** Findo o prazo estipulado no item anterior, o Município informará, **no prazo de 60 (sessenta) dias**, a contar da assinatura do presente, à 3ª Promotoria de Justiça o nome dos proprietários de imóveis identificados com ligações irregulares ou clandestinas de esgoto, com qualificação completa (nome da pessoa física ou jurídica, qualificação e endereço), e as medidas administrativas adotadas pelo Município para regularização dos lançamentos irregulares identificados.

**2.4** O Município fiscalizará a atividade da prestação do serviço privado de limpa-fossa com sede em seu território, notificando todos os prestadores do serviço no prazo de **60 (sessenta) dias** da data da assinatura do presente, exigindo o devido licenciamento do(s) prestador(es) do serviço perante o órgão

**3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MAFRA**

ambiental competente, aplicando, quando pertinente, as sanções administrativas.

**CLÁUSULA TERCEIRA**

**DO CÓDIGO SANITÁRIO MUNICIPAL**

**3.1** Procederá o Município, no prazo de **12 (doze) meses**, a contar da assinatura do presente, às adequações que se fizerem necessárias para o bom cumprimento do presente Termo de Compromisso no Código Sanitário Municipal (Lei Complementar n. 24/2012) e/ou legislação que regule a matéria, encaminhando projeto de lei à Câmara de Vereadores para apreciação.

**CLÁUSULA QUARTA**

**DA REGULAMENTAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA MUNICIPAL**

**4.1** O Município realizará, no prazo de **12 (doze) meses da assinatura do presente**, a capacitação e o aperfeiçoamento de servidores efetivos ocupantes da função de fiscal sanitário, lotados no Serviço de Vigilância Sanitária Municipal, em ações básicas de vigilância sanitária, podendo o gestor municipal, para tais fins, integrar-se nas ações desenvolvidas pela Diretoria de Vigilância Sanitária Estadual (Gerência de Fiscalização em Meio Ambiente – GEFAM).

**4.2** O Município dará continuidade, no decurso dos prazos constantes no presente ajustamento de condutas, através do serviço de vigilância sanitária municipal, à fiscalização e à adoção das medidas pertinentes à regularização dos sistemas individuais e coletivos, bem como, em sendo o caso, promovendo as ligações à rede coletora de esgoto sanitário, quando existente e disponível no logradouro, dos imóveis públicos e particulares existentes em sua jurisdição.

**4.3** O Município deverá, no prazo de **3 (três) meses da assinatura do presente instrumento**, regulamentar e proceder, para fins de expedição de “Alvará de Construção”, que venha a ser apresentado pelo interessado, para qualquer edificação (nova ou antiga em processo de regularização), para fins de análise e aprovação do respectivo projeto hidrossanitário, a inclusão do sistema de tratamento e disposição final de esgotos da edificação, elaborado



### **3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MAFRA**

principalmente em conformidade com a NBR 7229/1993 e NBR 13969/1997, por profissional habilitado junto ao CREA/SC ou CAU/SC e acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica ou Registro de Responsabilidade Técnica;

**4.4** O Município deverá, no prazo **3 (três) meses da assinatura do presente instrumento**, regulamentar e proceder, para fins de expedição do documento de “Habite-se” do imóvel, que venha a ser solicitado pelo interessado, para qualquer edificação (nova ou antiga em processo de regularização), a exigência da apresentação dos projetos aprovados previstos no item anterior, e a vistoria e cadastro no respectivo sistema de tratamento e disposição final de esgotos construído em conformidade com o projeto aprovado, ou a respectiva ligação do imóvel na rede pública de coleta de esgotos, se existente.

**4.5** Em relação aos imóveis já aprovados independentemente do cumprimento das exigências previstas nos itens 4.3. e 4.4, o Município procederá na forma dos itens 2.1 a 2.3 da CLÁUSULA SEGUNDA.

### **CLÁUSULA QUINTA – DO INADIMPLEMENTO**

**5.1** Em caso de descumprimento de qualquer dos itens das CLÁUSULAS SEGUNDA, TERCEIRA e QUARTA do presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, exceto por motivos de força maior ou caso fortuito formal e devidamente justificados ao Ministério Público, o Município COMPROMISSÁRIO ficará sujeito ao pagamento de uma multa diária no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), enquanto durar a irregularidade, cujo valor será revertido ao Fundo para Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina, sem prejuízo das ações que eventualmente venham a ser propostas, bem como de execução específica das obrigações assumidas. O valor da multa incidirá independentemente sobre cada um dos itens que eventualmente venham a ser descumpridos.

**5.2** A inexecução das obrigações assumidas pelo Município COMPROMISSÁRIO nos prazos fixados, exceto por motivos de força maior ou caso fortuito formal e devidamente justificados ao Ministério Público, facultará a esse iniciar a imediata execução do presente Termo de Compromisso, inclusive

**3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MAFRA**

comunicando ao Instituto do Meio Ambiente para as medidas cabíveis, tudo sem prejuízo da responsabilização administrativa e criminal.

**CLÁUSULA SEXTA – DO COMPROMISSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO** se compromete a não adotar qualquer medida judicial de cunho civil contra o **COMPROMISSÁRIO** no que diz respeito aos itens acordados, caso este ajustamento de conduta seja integralmente cumprido.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO**

As partes elegem o foro da Comarca de Mafra/SC para dirimir eventuais controvérsias decorrentes do presente TAC.

**CLÁUSULA OITAVA – DISPOSIÇÕES FINAIS**

Assim, justos e acertados, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, firmam as partes o presente termo de compromisso em 2 (duas) vias de igual teor, com eficácia de título executivo extrajudicial, cujas cláusulas têm aplicação imediata e eficácia em âmbito nacional, sem prejuízo da remessa posterior ao Conselho Superior do Ministério Público.

Mafra, 18 de maio de 2018.

**FILIPPE COSTA BRENNER**  
Promotor de Justiça

**WELLINGTON ROBERTO BIELECKI**  
Prefeito Municipal

**LUIZ FERNANDO FLORES FILHO**  
Procurador-Geral do Município de Mafra

**Testemunhas:**

**TAÍSA FERNANDA SCHMITZ**  
Assistente de Promotoria  
CPF 060.985.319-86

**TATIANA MARTINS RIBAS**  
Assistente de Promotoria  
060.433.079-01